

CNI paga Passarinho por assessoria no Congresso

José Paulo Lacerda/AE—15/2/93

Senador trabalha para entidade há oito anos e diz que não há nenhum "impedimento legal"

MARTA SALOMON

BRASÍLIA — O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) acumulou a presidência da CPI do Orçamento com o cargo de assessor do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI). "Ele é um funcionário antigo e ganha bem", informou o presidente da CNI, senador Albano Franco (PRN-SE). Segundo ele, Passarinho presta regularmente serviços à confederação há oito anos e recebeu, em setembro, CR\$ 260 mil, já descontado o Imposto de Renda.

"Não há nenhum impedimento legal nisso", declarou ontem Passarinho. O senador disse ter feito, anos atrás, consulta à Comissão de Constituição e Justiça, que teria permitido sua atuação extra como consultor. "Sou assessor há muitos anos e nunca escondi isso." Uma publicação do Senado registra entre os dados biográficos de Passarinho, logo depois de sua passagem pelo Ministério da Previdência no governo João Figueiredo, a consultoria ao IEL, entidade dedicada à integração empresa-universidade, e a assessoria à CNI.

Passarinho não se desligou do cargo quando se reelegeu senador, em 1986. Segundo ele, houve apenas uma curta interrupção no contrato, no período em que comandou o Ministério da Justiça no governo Collor. "Ele se afastou na época, porque não pegava bem", explicou Albano. "Mas no Poder Legislativo não há nenhum inconveniente." O senador revelou que cos-



Albano: "Ele ganha bem"

**ELE SÓ SE
AFASTOU
NO GOVERNO
COLLOR**

tuma trocar idéias com Passarinho sobre matérias de interesse da CNI que tramitam no Congresso. "Não me lembro de ele ter apresentado emendas", ressaltou. Um funcionário da CNI, contudo, lembra de pelo menos duas emendas assinadas por Passarinho preparadas na própria

entidade. As emendas foram apresentadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e propunham a criação de cursos técnicos entre os níveis médio e superior, e exigência de estágio em cursos técnicos. Também teria sido a pedido

da CNI que o senador paralisou a tramitação por dois meses, em 1989, com pedido de vistas do projeto que protege os trabalhadores contra demissão arbitrária ou sem justa causa. O projeto acabou engavetado.